

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E OS TRANSTORNOS DA APRENDIZAGEM: UMA INTERFACE DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Sandra de Freitas Paniago FERNANDES – MECM/UFG

sandrapaniago@yahoo.com.br

Dalva Eterna Gonçalves ROSA – FE/MECM/UFG

dalvagr@uol.com.br

Palavras-chave: Formação de professores, Licenciatura em Ciências Biológica, Transtornos de aprendizagem, inclusão.

INTRODUÇÃO:

A motivação desta pesquisa partiu inicialmente do desconforto frente a situação da inclusão e de interrogações dos professores como por exemplo: O que fazer para desenvolver a inteligência do meu educando? O que acontece no cérebro quando aprendemos? Porque aquele educando não aprende como os outros? A partir desse momento de desconforto geral, outras questões começaram a surgir: porque os professores se sentem tão desconfortáveis diante do processo de inclusão dos educandos com necessidades educativas especiais? Onde e quando os professores deveriam adquirir conhecimentos a respeito dos processos neuropsicobiológicos da aprendizagem? Os professores se sentem capazes de promover mediações que propiciem ao educando o desenvolvimento de suas múltiplas habilidades?

A partir dessas e de outras inquietações é que nos propusemos a analisar os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em ciências biológicas (2009 – 2010), de duas tradicionais instituições formadoras de professores em Goiânia, sendo uma pública e outra filantrópica. E ainda, analisar os projetos pedagógicos dos cursos de formação continuada direcionados aos professores licenciados pertencentes aos quadros efetivos da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME) e da Subsecretaria Metropolitana do Estado de Goiás, para verificar a evidencia de conteúdos curriculares que abordem os fundamentos da

aprendizagem e os transtornos em decorrências de alterações neuropsicobiológicas, nesse processo formativo, com o intuito de realizar uma reflexão crítica, sobre a política de formação inicial e formação continuada no contexto investigado, a respeito das condições em que se encontram os licenciandos e os professores atuantes na rede pública em Goiânia para o trabalho com os educandos com transtornos de aprendizagem.

MATERIAL E MÉTODOS:

A pesquisa em questão é de cunho qualitativo e aproxima-se, no nosso entendimento, de um estudo de caso etnográfico. De acordo com Sarmiento (2003), o que caracteriza um estudo de caso é a especificidade, ou seja, a natureza singular do objeto de incidência da investigação, que pode ser um acontecimento, uma pessoa, um processo, uma instituição ou um grupo social. A pesquisa deverá ser realizada junto a duas instituições de ensino superior, ambas na cidade de Goiânia. E, também junto à Secretaria Municipal de Educação da cidade de Goiânia, especialmente ao Centro de Formação e à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Goiás, especialmente à Coordenadoria de Ensino Especial e à Subsecretaria Metropolitana(SUME).

A fim de alcançarmos nossos objetivos propusemos o levantamento de dados documentais, junto às instituições citadas, relativas à estrutura dos cursos de formação de professores, especificamente os projetos pedagógicos. Analisaremos os questionários usados nos cursos de formação continuada da SME e da SUME e os documentos de registro dos alunos com necessidades especiais matriculados nas Redes Municipal e Estadual

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pretendemos, com este estudo, compreender se aconteceram modificações favoráveis ao trabalho docente com as pessoas com Necessidades Educativas Especiais, sobretudo as que apresentam Transtornos de Aprendizagem. Durante a análise dos dados recolhidos tentaremos identificar o que está sendo proposto na formação inicial dos professores licenciados em ciências biológicas,

que contempla conhecimentos acerca do desenvolvimento global do indivíduo, bem como sobre os transtornos que podem afetar os processos de aprendizagem dos educandos com necessidades educativas especiais.

Numa época em que se pretende formar cidadãos para uma sociedade inclusiva, presume-se que estudos sobre as necessidades educacionais vigentes sejam contemplados nos cursos de formação inicial de professores. Além disso, tendo em vista a formação integral do professor voltado para a mediação do processo de ensino aprendizagem na perspectiva da diversidade humana, é preciso que o professor saia da universidade com um preparo mínimo a fim de desempenhar seu papel de mediador e educador frente a todos os educandos das escolas regulares, sejam eles ditos normais ou com necessidades educativas especiais.

Atuando no Centro Municipal de apoio à Inclusão (CMAI), da Rede Municipal de Educação de Goiânia e na Rede de Apoio à Inclusão (REAI) da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Goiás, acompanhamos os programas de educação inclusiva dessas duas instancias educacionais no Estado de Goiás. Durante os encontros com os professores que atuam diretamente com os educandos com Necessidades Educativas Especiais, percebemos que não eram somente os “*deficientes*” motivos de preocupação, mas especialmente aqueles que, mesmo aparentemente normal, apresentam dificuldades significativas no seu desempenho acadêmico.

Na ignorância em relação às peculiaridades da infância e às bases neuropsicobiológicas do desenvolvimento humano, muitos educadores brasileiros caminham entre tentativas, erros e experimentações. É fácil perceber como as propostas novidadeiras, muitas vezes sem o devido aprofundamento teórico, influenciam os ideários pedagógicos. Percebemos que entre os professores existem aqueles mais pragmáticos, que se apropriam de concepções e estratégias que possam ter uma rápida aplicabilidade, como se fossem *receitas prontas* que quando lhe parecem boas são de pronto incorporadas em sua prática educativa. Mas também percebemos a presença daqueles que se interessam pelas causas,

buscando compreendê-las de forma mais profunda, com análises que justificam estudos complexos, que as explicam e as justificam.

Nesse sentido, Fonseca (2009) afirma que a prática educativa não pode ser alheia ao papel da teoria da cognição e da neuropsicologia, na medida em que ela envolve a aprendizagem de novas informações e ajuda-nos a compreender a complexidade da aprendizagem, especialmente quando consideramos a integração do conhecimento existente ou a construção do novo. Entendemos que a atenção, a percepção, a memória são aspectos importantes, que somados as múltiplas funções cerebrais geram talvez o mais importante evento neurológico, capaz de tirar a humanidade da pré-história e levá-la às altas tecnológicas existentes hoje – a capacidade de aprender. Portanto, se queremos ser educadores, se queremos ensinar é necessário conhecer a natureza do aprender.

Concordamos com Relvas (2009), quando observa que conhecer e entender o processo da aprendizagem tornou-se um grande desafio para os educadores. Atualmente é necessário compreender que as interações perpassam por aspectos biológicos, psicológicos e sociais. O educador, ao estabelecer em seus planejamentos as estratégias de ensino em relação ao seu conteúdo, deve sensibilizar-se de que suas turmas se constituem em uma biologia cerebral (bioecologia cognitiva) em movimentos ininterruptos de transformações, pois aprender é uma ação que independe da especificidade de um espaço.

Algo que tem chamado muito a atenção dos professores é a discussão sobre os educandos com transtornos de aprendizagem. Trata-se de uma expressão usada por profissionais da saúde e da educação, que para muitos é sinônimo de distúrbio da aprendizagem. Ohlweiler (2006, p.23) propõe o entendimento de que “transtorno da aprendizagem compreende uma inabilidade específica do indivíduo que apresenta resultados significativamente abaixo do esperado para seu nível de desenvolvimento, escolaridade e capacidade intelectual”. Apresentam-se como Dislexia, Discalculia, Disgrafia, Dislalia, Disortografia, Transtorno do Déficit da Atenção e Hiperatividade ou síndrome disexecutiva (TDAH), Retardo da Aquisição da Linguagem (RAL), Distúrbios Proprioceptivos, Distúrbios de Processamento Auditivo (PA) ou de processamento visuoespacial (PV), entre outros.

CONCLUSÕES

Os resultados desta pesquisa serão registrados e servirão como pontos de discussões, avaliações e reavaliações dos projetos analisados e como incentivos para o aprofundamento teórico e melhoria na qualidade do processo ensino-aprendizagem. Espera-se, ainda que subsidiem as políticas de formação de professores das instituições envolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA, Vitor da. Modificabilidade cognitiva: Abordagem neuropsicológica da aprendizagem humana. 2ª edição, São Paulo: Editora Salesiana, 2009 (Série educação, aprendizagem e cognição).

OHLWEILEER, L. Transtornos da aprendizagem: Abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

RELVAS, Marta Pires. Fundamentos Biológicos da Educação: Despetando inteligências e afetividade no processo de aprendizagem, 4ª edição, Rio de Janeiro: Wak Ed. 2009.

SARMENTO, Manuel Jacinto. O estudo de caso etnográfico em educação. In: ZAGO, Nadir, CARVALHO, Marília Pinto de e VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs.). Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.